EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
4ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE - SC

Leilão: 15/JULHO/2016 - 10h00min - A quem mais ofertar, desde que não inferior a 50% da avaliação.
Local: Rua do Príncipe, 31, (Átrio do 4º Andar do Fórum Trabalhista), Centro, Joinville/SC.

SANDRO LUIS DE SOUZA, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCESC sob n°. AARC/220, devidamente autorizado pelo **Exmo. Sr. Dr. NIVALDO STANKIEWICZ**, Juiz do Trabalho, Titular da 4ª Vara Trabalhista de Joinville/SC, venderá em público **LEILÃO,** conforme preceitua o art. 888, § 1°, da CLT, em dia, hora e local acima citado, os bens penhorados a seguir relacionados:

01 - Processo: 0001598-50.2014.5.12.0030
Autor: Dionisio Victorino
Réu: Transporte e Turismo MP Ltda. ME, e outros.
Bens: 01) Micro ônibus Agrale 9.2 TCA Neobus, com 26 lugares, placas MGM 3461, RENAVAM 912591668, cor prata, ano/modelo 2007, diesel, com rodoar nas quatro rodas, sistema de som, cabine isolada, tacógrafo com 555.314km, com banheiro e frigobar, seis pneus meia vida, em excelente estado de conservação, ar condicionado, **avaliado em:** R$ 160.000,00 em 18/08/2015. **Depositário:** Cristian Diego Compiani. **Vistoria:** Rua Rodolfo Finder, 30, Aventureiro, Joinville/SC.

02 - Processo: 0001813-26.2014.5.12.0030
Autor: Adelcio Antonio Moreira
Réu: Emec Engenharia Metropolitana de Construções Ltda. ME
Bens: 01) Veículo Volkswagen Gol 1.0, cor prata, ano fabricação 2008, modelo 2009, álcool/gasolina, RENAVAM 990599035, chassi 9BWAA05U69PO17568, placas LKT 5461, em bom estado de conservação, com arranhões no para choque dianteiro, (lado direito), pneus meia vida, **avaliado em:** R$ 19.000,00 em 06/02/2015. (Fipe fev/2015). **Depositário:** Rosalvo da Silva. **Vistoria:** Rua Santa Catarina, 7677, Joinville/SC.

ADVERTENCIAS: O(s) bem(ns) será(ão) arrematado(s) à vista ou mediante sinal de 20% (vinte por cento) no ato da arrematação, (art. 888, § 2º da CLT), e o saldo em até 24 (vinte e quatro) horas, (art. 888 § 4° da CLT). Na ocasião do leilão, o(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) pela melhor oferta, (art. 888, § 1º da CLT), desde que não seja caracterizado preço vil, (art. 891 § único do NCPC). De acordo com Resolução 203 de 15/03/2016 do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que edita a Instrução Normativa 39/2016, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá apresentar, por escrito, em conformidade com o artigo 895 do NCPC: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. § 6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. § 7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. § 8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. § 9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os

subsequentes, ao executado. Os honorários de Leiloeiro serão pagos à vista, na razão de 5% (cinco por cento) e correrá por conta do comprador, remitente ou adjudicante em caso de arrematação, remição ou adjudicação, respectivamente. Àquele que der causa à anulação do leilão perderá em favor do Leiloeiro os honorários pagos. Incide taxa de armazenagem sobre o(s) bem(ns) removido(s) ao depósito do Leiloeiro, que será quitada pelo comprador no ato do arremate. Havendo a suspensão ou extinção da execução em virtude de acordo antes do leilão, este somente será suspenso após o pagamento das custas e demais despesas processuais, inclusive aquelas do Leiloeiro. Eventuais ônus existentes sobre os bens levados a leilão deverão ser verificados pelos interessados junto aos órgãos competentes. É de inteira responsabilidade do adquirente o pagamento de despesas de transferência de veículos, bem como de eventuais débitos em aberto junto ao DETRAN; da mesma forma, fica responsável pela quitação de valores existentes relativos à alienação fiduciária e, no caso de imóveis, pelo pagamento do ITBI e demais despesas de transcrição, além de taxas em atraso, tais como condomínio (inclusive chamadas de capital), marinha (SPU), energia elétrica, água, etc. Restando negativo o Leilão, o(s) bem(ns) será(ão) oferecido(s) em venda direta pelo prazo fixado pelo magistrado, ficando desde já intimadas as partes, (art. 888, § 3º da CLT e art. 73, do Provimento CR nº 04/2005, do TRT/12ª Região). Caso os executados, seus cônjuges se casados forem, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada, o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada, a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, que não sejam encontrados ou cientificados por qualquer razão, quando da expedição da respectiva notificação, valerá o presente como ***Edital de Notificação*** **de Praça/Leilão**, segundo estabelecem o (artigo 889 § Único do NCPC) e (art. 889, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do NCPC), para todos os atos aqui mencionados, caso encontrem-se em lugar incerto e não sabido ou não venham a ser localizadas pelo Senhor Oficial de Justiça, suprindo, assim, a exigência contida no **(art. 889 § único do NCPC).** Maiores informações com o **Leiloeiro Oficial SANDRO LUIS DE SOUZA**, fone/fax: 47.3436.5050 / 47.3028.5050, site www.santacatarinaleiloes.com.br, e-mail sandro@scleiloes.com.br, com endereço na Rua Eurico Fontes 89, sala 06 - Centro – Gaspar/SC. **Exmo. Sr. Dr. NIVALDO STANKIEWICZ**, Juiz do Trabalho, Titular da 4ª Vara Trabalhista de Joinville/SC.

SANDRO LUIS DE SOUZA
Leiloeiro Público Oficial

MM. Juiz do Trabalho